



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640035 - AC (2021/0012687-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
GILBERTO JORGE FERREIRA DA SILVA - AC001864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : DANIEL DOUGLAS DA SILVA LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL DOUGLAS DA SILVA LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Apelação n. 0003484-21.2020.8.01.0001).

O paciente foi condenado, em razão da adequação da pena de ofício pelo tribunal, à pena de 8 anos de reclusão pelo crime de roubo e 1 ano de reclusão pelo delito de corrupção de menores, cujo reconhecimento do concurso formal entre os referidos crimes tornou "a pena concreta e definitiva em 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão" (fl. 192).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, por entender que o tribunal "incorreu em equívoco ao aplicar duas causas de aumento da pena, concurso de agentes e o emprego de arma de fogo, sem a devida fundamentação" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para readequação da pena em razão da incorreta aplicação das majorantes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não se vislumbra, de plano, a alegada flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 610.950/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência